

Ordem econômica gerará disputa acirrada na Constituinte

PAMELA NUNES



Roberto Campos



Delfim Netto



Severo Gomes



Alysso Paulinelli



Albano Franco

BRASÍLIA — O capítulo da Ordem Econômica da futura Constituição deverá ser redigido pelos conservadores. Esta perspectiva, temida pelos políticos da "ala progressista" na Constituinte poderá se confirmar, caso os líderes partidários mantenham as indicações feitas pelas bancadas regionais para a composição das oito comissões temáticas.

Mesmo sem estar completamente definida, a comissão da Ordem Econômica já tem garantida a participação de alguns nomes que transformarão os debates em um verdadeiro jogo de poderosos interesses e oferece a perspectiva de momentos de sérios conflitos, quando questões como a presença do capital estrangeiro na economia brasileira, uso e propriedade do solo e a intervenção do Estado na economia começarem a ser discutidos.

Roberto Campos, (PDS), Delfim Netto (PDS), Severo Gomes (PMDB), Alysso Paulinelli (PFL) e Albano Franco (PMDB) são alguns dos constituintes que já garantiram sua vaga — Vai ser uma briga de leões", reconhece Delfim Netto.

Se a composição do grupo ainda não está definida, já está praticamente acertado o comando da comissão. Por indicação pessoal do líder do PMDB, Senador Mário Covas, o relator da Ordem Econômica será o Senador nacionalista Severo Gomes. Em contrapartida, a presidência deverá ficar com o também Senador Albano Franco, Presidente da Confederação Nacional das Indústrias, nome que tem a confiança de influentes grupos econômicos como a Federação das Indústrias de São Paulo — Fiesp.

O apetite dos políticos conservadores pela comissão da Ordem Econômica extrapolou o Congresso Nacional, onde funciona a Constituinte, e chegou ao almoço oferecido pelo Go-

verno brasileiro ao Presidente de Portugal, Mário Soares, na quarta-feira. O Ministro da Ciência e Tecnologia, Renato Archer, amigo de Severo Gomes, comentava entre amigos a situação difícil do Senador paulista, diante da perspectiva de não conseguir aprovação às suas idéias no relatório que submeterá à comissão no final dos debates.

— Estou muito preocupado com as pressões que Severo vai sofrer", comentou o Ministro Archer com o Governador do Distrito Federal, José Aparecido.

— É, ele está em minoria", concordou o Governador do DF.

— Esta comissão está terrível" comentou o Vice-líder Euclides Scalco com o próprio Severo.

Se o Senador Severo Gomes acredita que não terá problemas com Albano Franco, o mesmo não pode dizer do confronto que se estabelecerá entre ele e o igualmente Senador Roberto Campos. Esta será a terceira vez que os dois políticos se defrontarão na defesa dos seus interesses, diametralmente antagônicos. As duas outras ocorreram na CPI da Vale do Rio Doce e na votação do Plano Nacional de Informática.

Enquanto Severo Gomes é um ardoroso defensor da presença efetiva do Estado na economia, Roberto Campos defende a plenitude da ini-

Pela composição da comissão, a tendência é o capítulo da ordem econômica ser conservador

ciativa privada, sendo um grande incentivador do início imediato do processo de privatização das empresas estatais. Da mesma forma, os dois discordam quanto à presença do capital externo na economia: Severo quer uma participação menor dos investimentos estrangeiros no Brasil, e sob fiscalização do Congresso. Roberto Campos é a figura de proa na defesa das multinacionais.

Delfim Netto, por enquanto, está quieto. E o ex-Ministro da Agricultura, Alysso Paulinelli, eleito deputado pelo PFL de Minas, promete formar uma dupla imbatível contra a reforma agrária, com o seu colega de Comissão, o deputado conservador Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP).

A forma escolhida por Covas para compor as comissões, por eleição nas bancadas, foi adotada ao final por todos os partidos que tinham problemas para indicar seus representantes na Ordem Econômica. E o método acabou por trazer algumas surpresas. Foi o caso da rejeição, pe-

la bancada carioca do PDT, do nome do ex-Presidente do Banerj no Governo Brizola, Deputado César Maia. A não inclusão do líder dos sem-terra do Rio Grande do Sul, Vicente Bogo, do PMDB, entre os escolhidos pela bancada, também surpreendeu. Tanto que os constituintes peemedebistas fizeram circular uma lista de assinaturas pedindo a Covas que o incluísse na comissão.

Severo Gomes também sofreu uma derrota. A sua indicação para o cargo de relator da subcomissão da Reforma Agrária foi derrubada na bancada do Pará. Ali, os constituintes sequer indicaram para a Ordem Econômica o nome do preferido de Severo, o Deputado Benedito Monteiro. E, se alguns dos preteridos se conformaram e se dispuseram a participar da segunda comissão econômica da Constituinte, a do Sistema Tributário, outros estão dispostos a lutar até o fim para garantir uma vaga. É o caso do banqueiro Ronaldo Cesar Coelho:

— Mário perdi a indicação para a Ordem Econômica. Gostaria que você me contemplasse com uma vaga da sua quota pessoal. Covas prometeu estudar o assunto e pediu ao Deputado que lhe cobrasse uma posição no início da próxima semana.

— Cobrar? Vou fazer plantão na porta do seu gabinete, respondeu Ronaldo Cesar Coelho.

Indefinição na política e economia paralisa os investimentos no Brasil

PAULO FIGUEIREDO

SÃO PAULO — As incertezas sobre os rumos que deverão tomar os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, este ano, para a formalização da nova Carta Constitucional, aliada à indefinição da política econômica e à decisão do Governo brasileiro em suspender o pagamento dos juros aos bancos credores estão provocando a paralisação dos investimentos estrangeiros no País.

Existe, hoje, consenso entre os empresários estrangeiros, membros das Câmaras de Comércio dos Estados Unidos de que o Brasil enfrenta grave crise econômica e política. Consequentemente, observam eles, não se justifica, perante as suas matrizes no exterior, a inversão de novos recursos para ampliar as suas atividades produtivas no País, pelo menos enquanto não estiver mais claro o horizonte da economia brasileira.

De acordo com o Vice-Presidente de uma das maiores companhias industriais americanas instaladas no Brasil, havia uma certa preocupação por parte das multinacionais com relação ao comportamento da Assembléia Constituinte sobre as novas regras para o investimento estrangeiro. O receio maior, explicou o empresário, era no sentido de que fossem impostos entraves, ainda mais rigorosos do que os existentes hoje, na atual legislação brasileira.

O ex-Presidente da Ford do Brasil e atual representante da Chrysler no País, Joseph O'Newll, considera que ainda é muito cedo para se avaliar qual será o comportamento da nova Carta Constitucional em relação aos investimentos estrangeiros. Na sua opinião, sem dúvida que a Constituinte é responsável, em par-

te, pela decisão das companhias multinacionais de suspender temporariamente a injeção novos capitais de risco no País. Afinal, pondera O'Newll, ninguém, em sã consciência, pode afirmar qual será a tendência da maioria dos constituintes — especialmente do PMDB — sobre essa questão.

De qualquer forma, Joseph O'Newll espera que a nova Constituição seja mais liberal, acompanhando a tendência mundial de reduzir ao máximo as barreiras protecionistas e comerciais contra o capital estrangeiro.

— Se hoje em dia a China e a União Soviética dão claros sinais sobre interesse em se libertar de suas amarras e diminuir os obstáculos para o investimento estrangeiro, não vejo por que razão o Brasil deveria tomar um caminho contrário, assim como o empresário.

O mesmo raciocínio apresenta o Presidente da Câmara Americana de Comércio para o Brasil, David Benadof. Para ele, é fundamental que a Constituinte estabeleça uma legislação mais flexível para o capital estrangeiro, permitindo, por exemplo, a formação de joint-ventures nas áreas de tecnologia de ponta — como de informática e de química fina.

— Não seria razoável se a Assembléia Constituinte tornasse ainda mais rígida a legislação para a inversão de capital estrangeiro no País, afirma Benadof, também Presidente da J.I. Case do Brasil. Não podemos esquecer de que o Brasil não pode pretender pagar sua dívida com uma política de aumentar ainda mais o seu nível de endividamento. A saída é exatamente permitir a formação de joint-ventures e outras modalidades de associação para viabilizar a entrada de novos capitais de risco na economia brasileira.